

---

NOTA TÉCNICA SUPOF/SEFAZ-RJ 12/2012

**DATA:** 25/06/2012

**ASSUNTO:** Metodologias e premissas das Receitas para período 2013-2015

**I. Objetivo:** Evidenciar metodologias e premissas adotadas nas estimativas das receitas da UO 9999 – Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, referentes aos exercícios de 2013, 2014 e 2015.

**II. Referencial legal:** O Decreto nº 43.585, de 11 de maio de 2012, dispõe acerca da elaboração da Proposta Orçamentária para 2012. Em seu Artigo 8º, o documento determinou a realização, por parte da Secretaria de Estado Fazenda, do detalhamento das projeções de receitas de origem tributária, de transferências, de operações de crédito, de royalties e das demais receitas do Tesouro para o referido período no sistema SIPLAG.

No Artigo 9º, o decreto determina que os órgãos que possuam recursos próprios, bem como as que recebam recursos via operações de crédito diretas e/ou convênios sejam responsáveis pelas respectivas projeções de receita para o referido período.

**III. Metodologia empregada:** Após o recebimento de informações de diversos órgãos, foram consideradas as diferentes idiossincrasias inerentes aos diversos tipos de receita a serem projetados. Estas implicaram distintos graus de detalhamento das memórias de cálculo, em virtude da necessidade de se utilizar diferentes modelos de projeção adequados a cada caso.

De forma geral, duas referências principais foram utilizadas para estimar as diversas rubricas de receita para o período 2013-2015, a saber:

- extrapolação de tendências para valores ajustados serviram como base para aplicação dos indicadores e indexadores econômicos;
- tratamentos diferenciados foram aplicados às peculiaridades de cada receita.

### Subsecretaria de Política Fiscal

Portanto, as estimativas de item de Receita foram submetidas à aplicação de parâmetros macroeconômicos, como índice de preços e/ou do nível de atividade econômica, e de premissas particulares de cada rubrica.

As taxas adotadas para o crescimento real do PIB, entre 2013 e 2015, foram respectivamente de 2,74%; 4,38%, 4,18% e 4,24% conforme previsão do Relatório TOP 5 da pesquisa FOCUS do Banco Central de 04 de junho de 2012. Para a projeção das receitas a preços correntes do triênio, os índices de variação de preços medidos pelo IPCA foram 5,23%, 5,75%, 5,38% e 4,67% os medidos pelo IGP-DI foram estimados em 5,73% 5,51%, 5,20% e 4,65% de acordo com a mesma fonte.

A seguir, são apresentadas, sucintamente, as memórias de cálculo dos valores de cada uma das categorias econômicas de receita do Tesouro do Estado (UO 9999), consolidado por esta Secretaria de Estado de Fazenda, a partir das informações enviadas pelos diversos órgãos.

#### **Receita Tributária 2013, 2014 e 2015 – R\$ 35,68 bilhões, R\$ 38,31 bilhões e R\$ 41,14 bilhões.**

O desempenho positivo da arrecadação tributária do Estado do Rio de Janeiro pode ser considerado significativo no último quadriênio (2007-2010), ainda que tenha sofrido em 2009 impactos da crise financeira internacional, iniciada no último trimestre de 2008. O bom desempenho é fruto de vários fatores, sendo que o mais importante é a conjunção de esforços empreendidos pelo governo do Estado, dentro dos quais se destacam as novas ações de combate à sonegação e, também, o fortalecimento de fiscalização. Para tal, foram realizados concursos públicos para Auditor Fiscal da Receita Estadual, Oficial de Fazenda e Especialista em Finanças Públicas. Dentre as principais ações adotadas para reduzir a sonegação estão: o controle das informações fornecidas pelas administradoras de cartões de crédito/débito, ao amparo da Lei 5.075/2007; a implementação do Emissor de Cupom Fiscal (ECF); o CUPOM MANIA; o Refis Estadual (Lei 5.647/10), a realização de diversas operações fiscais em alguns setores da economia e a intensificação das barreiras fiscais.

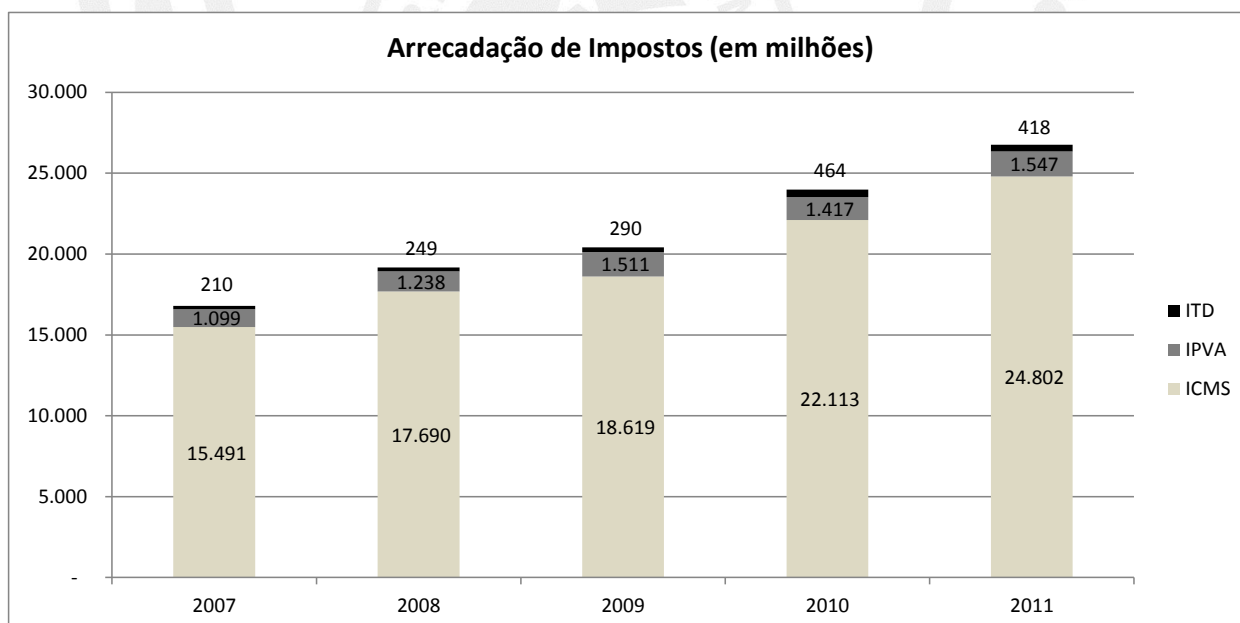
Apesar dos sinais de arrefecimento da atividade econômica do país nos primeiros meses de 2012, as receitas do Estado avançaram positivamente até junho em relação ao

Subsecretaria de Política Fiscal

primeiro semestre de 2011. A elevação da arrecadação ICMS foi 4,83%; para o IPVA houve crescimento de 11,89% e, por fim, o ITD teve incremento de 37,80 %.

O esforço arrecadatário ganha ainda mais importância em um cenário de queda no desempenho industrial da economia fluminense. Segundo dados divulgados na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física – Regional do IBGE, houve uma queda na produção industrial de 7,1% no acumulado de janeiro a maio, em relação a 2011, influenciado pelos setores relacionados à redução na fabricação de bens de consumo duráveis (automóveis, motos, aparelhos de ar-condicionado, telefones celulares e relógios) e de bens de capital (*especialmente* caminhões, caminhão-trator para reboques e semi-reboques e veículos para transporte de mercadorias), além da menor produção vinda dos setores extrativos (minérios de ferro), têxtil, vestuário, farmacêutica e metalurgia básica. Já no comparativo entre maio e abril de 2012, houve um crescimento de 1,1% da indústria fluminense.

A título de ilustração, o gráfico abaixo mostra a evolução da arrecadação de impostos do Estado, mostrando o incremento observado graças aos esforços da atual administração.



Fonte: SEFAZ-RJ



**Subsecretaria de Política Fiscal**

---

Ressalte-se que, no primeiro semestre de 2012, a arrecadação conjunta do ICMS, ITD e IPVA apresentou incremento de 5,92% em relação ao mesmo período de 2011. Os ganhos foram elavando-se nos dois primeiros bimestres, mas reduzindo-se no terceiro (ver boletins de Transparência Fiscal n<sup>os</sup> 25 e 26 de 2012).

Para 2013, as expectativas do mercado financeiro, explicitadas pelo Boletim Focus, do Banco Central, indicam provável baixo nível de atividade econômica, implicando crescimento do PIB Nacional na ordem de 2,74%. O mesmo boletim prevê inflação estabilizada em 5,23% (IPCA); e gradual queda nas taxas de juros.

Nesse contexto, a SEFAZ-RJ projeta que a receita tributária, composta por impostos e taxas, representará entre os anos de 2012 e 2015, respectivamente, 76,44%, 77,03% e 77,70% do total das Receitas Correntes.

A principal fonte de arrecadação, o **ICMS**, deverá contribuir com R\$ 28,43, R\$ 30,57, e R\$ 32,86 bilhões. Tais projeções tomam por base a receita prevista para 2012 na 3<sup>a</sup> Revisão de Receita, a partir de série histórica da arrecadação dessazonalizada, as expectativas da conjuntura econômica brasileira e do Estado do Rio de Janeiro, e ainda algumas mudanças na legislação pertinente ao imposto em questão.

A metodologia teve como base a Lei Complementar n<sup>o</sup> 139/2010, que prorrogou o tempo de vigência do Fundo de Combate a Pobreza – FECF até 31/12/2014. Em 2012, a alíquota dos setores de Telecomunicações e Energia Elétrica teve uma queda, em relação a 2011, de 5 para 4 pontos percentuais. Esses setores somados representavam em 2011 mais da metade do total arrecadado do adicional. Essa alíquota de 4 pontos percentuais será mantida em 2013 e reduzida para 3 pontos percentuais em 2014 . A estimativa de receita para 2013 levou em conta o cenário econômico mencionado inicialmente e a projeção de receita do ICMS.

Para o **IRRF**, com valores estimados foram, respectivamente, de R\$ 2,01, R\$ 2,10 e R\$ 2,19 bilhão. O critério de projeção adotado foi o de proporcionalidade em relação à

**Subsecretaria de Política Fiscal**

folha de pessoal prevista para 2012, 2013, 2014 e 2015, além da média do ajuste salarial dos servidores de diversas categorias nos últimos anos, especialmente aqueles aprovados pela Assembléia Legislativa em 2010, com impacto ainda em 2013. Adicionalmente, deve-se destacar o ingresso de novos funcionários aprovados em concursos em diversos órgãos do governo estadual nas áreas de Segurança, Educação, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Fazenda.

Os valores estimados do **IPVA**, de R\$ 1,85; R\$ 2,01 e R\$ 2,18 bilhões para triênio 2013-2015, justificam-se pela continuidade no aumento do crédito e da trajetória descendente da taxa de juro SELIC (que afeta sobremaneira o custo do crédito) e da estimativa de crescimento da economia. O valor projetado para 2013 (R\$ 1,85 bilhão) é obtido com uma variação de 7,5%, tendo como base o ano de 2012, para o qual foi prevista uma arrecadação de R\$ 1,72 bilhão.

Essa projeção baseou-se nos seguintes fatores: meta de inflação de 4,5% prevista pelo Banco Central para o ano de 2013; crescimento real de aproximadamente de 2%; e crescimento na frota de automóveis previsto em torno de 8%.

Para o **ITD**, foram projetados R\$ 516, R\$ 554 e R\$ 596 milhões para 2013, 2014 e 2015 respectivamente. Para 2013, o valor estimado (R\$ 516 milhões) foi obtido mediante a aplicação da taxa de crescimento de 8,8%, sobre o valor previsto para 2012 (R\$ 474 milhões). A referida variação teve como base as previsões do IPCA, estimado em 5,73%, e do PIB, em 2,74%, e, levou em conta a expectativa de que a valorização imobiliária se estabilize, não apresentando aumentos tão significativos quanto as ocorridos nos últimos anos. Para os demais anos utilizou-se o método de extrapolação de tendências dos valores das séries históricas.

**Receita Patrimonial projetada para 2013, 2014 e 2015 – R\$ 7,24, R\$ 7,93 e R\$ 8,11 bilhões.**

Dentre estas receitas, destaca-se o valor projetado para participações governamentais provenientes da exploração do petróleo (Royalties e Participações Especiais), que, em 2013, estão estimadas em R\$ 6,99 bilhões.

Esta previsão elaborada pela Secretaria de Estado de Fazenda teve como base a estimativa de produção fornecida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)<sup>1</sup>, autarquia federal responsável por promover a regulação, contratação e fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo. Para projetar o preço do petróleo, foi feita análise sobre a séria histórica do barril do tipo Brent da Energy Information Administration – EIA, órgão oficial do Governo dos Estados Unidos da América para a produção de informações e estatísticas para a área de energia. Para o câmbio, foram utilizados os parâmetros gerais da PLOA 2013.

É preciso ressaltar a existência de incerteza na estimativa de arrecadação de Participações Governamentais, associada ao comportamento das variáveis assumidas. No caso destas últimas, o risco é ainda maior por conta da própria base de cálculo, que consiste no resultado líquido (receita menos despesas e custos) trimestral dos campos considerados.

**Transferências Correntes – R\$ 2,54, R\$ 2,70 e R\$ 2,87 bilhões**

Estes valores são compostos da seguinte maneira:

IPI-Exp e FPE: Estima-se que o ERJ receba, em 2013, R\$ 887 milhões de IPI-Exp e R\$ 1,06 bilhão de FPE, o que representa, em ambos os casos, um crescimento de 7,5% em relação ao valor previsto para 2012 na 3ª Revisão de Receita, de junho de 2012. Na análise, foram considerados o cenário econômico atual e prospectivo, a recente queda da produção industrial e a política corrente de desonerações adotada pela União com o fim

---

<sup>1</sup> Convênio 01-9/ANP/014.165



**Subsecretaria de Política Fiscal**

de beneficiar determinados setores, como ocorre, em 2012, com os produtos da linha branca e com os automóveis.

Para o cálculo do IPI, conjugou-se a meta de inflação de 5,75% com a taxa de 1,73% de crescimento da produção industrial. Quanto ao FPE, foram combinadas a meta de inflação de 5,75% e a taxa de aproximadamente 2% de crescimento do PIB. A meta de inflação e a estimativa de crescimento da produção industrial e do PIB utilizadas foram divulgadas pelo Focus – Relatório de Mercado.

**CIDE:** com o fim de evitar riscos fiscais, adotou-se a perspectiva cautelosa de que o Decreto 7.764/12, que zerou as alíquotas específicas da CIDE, com impacto no repasse a partir de outubro de 2012, pode permanecer em vigor em 2013. O Decreto foi publicado em 22/06/2012, com prazo de vigência indeterminado. Anteriormente à edição desse Decreto, estavam em vigência as alíquotas de R\$ 91,00 para a gasolina e de R\$ 47,00 para o diesel, com impactos no repasse da CIDE de janeiro a julho de 2012 (Decreto 7591/11).

**Lei Kandir:** o valor a ser recebido pelos Estados a título de compensação financeira por força da Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003 encontra-se consignado anualmente na LOA da União. A série histórica é estática desde 2009, de forma que os valores projetados são invariáveis. A série histórica é estática desde 2009, de forma que o valor projetado permanecerá igual a 2012.

**Multas e Juros e Dívida Ativa:** os valores para 2013 foram baseados na arrecadação de 2012. A projeção leva em conta também o comportamento histórico frente aos respectivos impostos (Adicional ao ICMS, ITD, IPVA), além de incorporarem a expectativa de recebimento dos parcelamentos decorrentes do REFIS para 2012 e 2013.

Os valores de Multas e Juros e Dívida Ativa para o exercício de 2013 foram estimados em R\$ 373,30 milhões e em R\$ 640,29 milhões respectivamente. Em relação a 2012, as variações foram de menos 7,7% e mais 9,8%.



**Subsecretaria de Política Fiscal**

---

**Demais receitas:** as projeções das demais receitas tomaram por base a última projeção para o ano de 2012.

**Renata Gomes Rimes de Almeida**  
**Coordenadora da Superintendência de Relações Federativas e Transparência Fiscal**

**Marco Aurélio Alves de Mendonça**  
**Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal**

de acordo

**George André Palermo Santoro**  
**Subsecretário de Política Fiscal**

